

Movimento dos Atingidos por Barragens: perspectivas teóricas de lutas práticas

Selma de Fátima Singulano Alves¹

Resumo

Nosso trabalho busca apresentar uma visão geral do histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens, contextualizando-o com a realidade brasileira. Visamos aqui analisá-lo segundo a perspectiva teórica dos Novos Movimentos Sociais, a fim de perceber elementos de identificação e oposição entre diferentes grupos e atores.

Palavras-chave: MAB. Novos Movimentos Sociais. Resistência.

Movimento dos Atingidos por Barragens: theoretical perspectives of practical struggles

Abstract

Our study aims to present an overview of the history the Movimento dos Atingidos por Barragens, contextualizing it with the Brazilian reality. We aim to analyze it according to the theoretical perspective of the New Social Movements, in order to realize elements of identification and opposition between different groups and actors.

Keywords: MAB. New Social Movements. Resistance.

O(s) Movimento(s) dos Atingidos por Barragens

No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) ocorreu uma desarticulação² política, principalmente no que tange aos sindicatos e aos partidos políticos, deixando a população à mercê das deliberações do governo. Na década de 1970 houve então um endurecimento das políticas repressivas, o governo retirava assim grande parte dos direitos civis e políticos da população. Eunice Durham (1984) argumenta que os movimentos sociais são uma forma específica de mobilização popular com espaço próprio, diferente dos partidos e sindicatos. No contexto brasileiro, a impossibilidade de participação partidária e sindical apenas fortaleceu os movimentos sociais que se articulavam em grupos de base, como as associações de bairro e as comunidades eclesiais de base

¹ Graduada em Ciências Sociais/Bacharelado pela Universidade Federal de Viçosa.

²Essa desarticulação se refere a própria sociedade civil, composta pelos militantes dos partidos políticos e sindicatos, que, em meio à repressão do período, se viu desestruturada.

(CEBs). Em sua maioria, esses movimentos eram horizontais, não possuíam hierarquia partidária, o que acarretava um maior diálogo entre seus/suas participantes.

Nessa mesma conjuntura, o país passava por um período de modernização e era vista como imprescindível a necessidade de se investir em formas de energia elétrica. Logo, devido ao extenso território nacional e sua grande abundância de bacias de água doce, uma das formas mais viáveis de energia concebidas pelo governo e pelas indústrias era a energia proveniente de hidrelétricas. Dessa forma, iniciou-se um período de pesquisas – tendo como principal precursor a Eletrobrás – com o objetivo de delimitar as melhores áreas para a construção das usinas hidrelétricas. Muitas barragens iniciaram sua construção nesse período, dentre elas a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará; de Itaipu, que integrava Brasil e Paraguai; e, também, as hidrelétricas de Sobradinho e Itapaica, no nordeste e de Itá e Machadinho, na região sul do país. (SIGAUD, 1986).

No início dessas construções as populações ribeirinhas não possuíam uma articulação efetiva sobre suas carências, não apresentavam reivindicações claras a respeito de suas terras, ocasionando assim uma inexistência de propostas indenizatórias ou qualquer outro tipo de auxílio a essas famílias³. Assim, muitas dessas famílias sem ter onde morar e do que se alimentar – já que produziam seus alimentos em suas terras – migraram para as cidades a fim de procurar trabalho e moradia, o que ocasionou num aumento substantivo das favelas, das populações marginalizadas, as quais não tinham acesso à infraestrutura básica, como saneamento, moradia, acesso a meios de transporte; e aglomeravam-se em barracos sem qualidade de vida. Tal inexistência de ressarcimento não se delongou, as populações ribeirinhas, insatisfeitas com o ocorrido, se mobilizaram com o objetivo de lutar por uma indenização justa de suas terras. Porém, notou-se que a ‘troca’ das terras por dinheiro não valia à pena. Levantando assim a bandeira para uma indenização de terras, ou como eles chamavam, ‘Terra por Terra’.

É dado que a história de movimentos coletivos organizados nesse âmbito data do final dos anos 1970 (VAINER, 2003), e não foge muito àquelas vividas por vários outros movimentos reivindicatórios de base popular: manifestos, abaixo-assinados, presença da base religiosa. A articulação desse movimento se deu, num primeiro momento, a partir da experiência vivenciada pelo ‘movimento’ Justiça e Terra, em função da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, em 1980, onde nasce propriamente a luta organizada dos atingidos por barragens. Esse primeiro momento tem seu desenvolvimento através de comissões de luta, como exemplo, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na região sul; a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de

³ Segundo Vainer (2003), essas pessoas se encontravam impossibilitadas de se constituírem como sujeitos, não podendo ser pensadas como agentes sociais coletivos, politicamente operantes.

Tucuruí (CAHTU), no norte e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), também na região sul. Tais conexões tiveram um papel importante no início da luta, as comissões tiveram suas conquistas, cada uma de forma particular de acordo com as singularidades e reivindicações de cada região. O segundo momento desse movimento teve seu princípio com o final da década de 1980 e início de 1990, onde ocorreram alguns encontros entre as populações ribeirinhas com o intuito de fortalecer a luta. Em 1989 ocorreu em Goiânia o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, foi um momento em que os diversos representantes da luta tiveram espaço para dialogar acerca do movimento e, a partir da troca de experiências, criar uma organização a nível nacional. Em 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no qual se decidiu que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) seria um movimento nacional, popular e autônomo. Levantando a bandeira ‘Terra sim, barragem não!’⁴, fortalecendo desta maneira, através de um diálogo nacional, a luta contra a construção das hidrelétricas em todo território.

Esse espaço de articulação se deu numa nova conjuntura política do país, com o fim do período ditatorial e o início de uma abertura política e com ideias liberais. O Brasil se encontrava num momento de avanço de políticas neoliberais, dentre elas a privatização da energia elétrica. Deste modo, o controle que antes era estatal passou para as empresas transnacionais, o que dificultou ainda mais as lutas do movimento. Esse período acarretou em um novo contorno das delimitações estabelecidas pelas lutas sociais, que antes eram tão somente pelas terras, logo agregaram outras demandas, como, por exemplo, a preservação ambiental e a utilização da natureza para o bem comum, não apenas para o enriquecimento de alguns. A bandeira levantada nessa ocasião era ‘Águas para vida, não para morte!’⁵.

A criação de um Movimento Nacional expressava o reconhecimento, explicitado em vários documentos, de que as lutas particulares de movimentos locais ou regionais não são capazes de fundamentar uma perspectiva apta a confrontar o modelo energético e, de forma mais ampla, o modelo de desenvolvimento de que as grandes obras hidrelétricas são apenas um elemento. (VAINER, 2003, p. 16).

A temática ambiental já era um assunto recorrente na época. No início da década de 1990, o mundo se voltou para o Brasil a fim de dialogar sobre questões como o desenvolvimento sustentável e a conservação e proteção dos ecossistemas, na ECO-92, como ficou conhecida a Conferência das

⁴ Bandeira levantada inicialmente a partir da luta ‘terra por terra’, priorizada pela CRAB, na década de 1980. Ver SIGAUD, 1986; VAINER, 1990.

⁵ Esse mesmo lema também já havia sido levantado anteriormente, em 1983, na Romaria da Terra em Carlos Gomes-RS contra a barragem de Sobradinho.

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Tais debates impulsionaram os movimentos sociais – que já possuíam caráter nacional – a estendê-los internacionalmente. Em março de 1997 ocorreu em Curitiba o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, onde cerca de 20 países se encontraram para compartilhar suas experiências de lutas e conquistas, discutir as políticas energéticas, o direito das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do movimento. Desse encontro, ficou determinado como Dia Internacional de Luta Contra as Barragens o dia 14 de março, data que já era celebrada a nível nacional desde o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, em 1991⁶. Nessa mesma ocasião, não como desdobramento direto, uma vez sendo parte de um processo complexo de formação, mas como consequência, ficou estabelecida também a criação da Comissão Mundial de Barragens (CMB) na Suíça, grupo esse ligado ao Banco Mundial e com a participação de representação de Organizações Não Governamentais (ONGs), do Movimento, de empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. O principal objetivo da CMB era realizar um diagnóstico sobre os problemas causados pelas construtoras de barragens e, também, propor alternativas para estes. Encerrando esse segundo momento, em 1999, ocorreu o IV Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, o qual reafirmou a luta popular e o método de organização através de grupos de base do Movimento.

Ao longo desses anos, o MAB se encontrou frente à questão das relações entre as necessidades políticas e organizacionais do movimento nacional e dos movimentos locais e regionais, como apresenta Carlos Vainer (2003). Ao se expor os ‘valores’ do movimento vemos a organização e mobilização pela base e a conscientização e constituição de um sujeito político popular coletivo como pontos destacados, ou seja, o movimento tem seu crescente reconhecimento nacional e internacional, mas ainda se fundamenta nas comunidades atingidas em luta, onde é consenso a necessidade de priorizar a organização de base.

Um terceiro momento desse “movimento de resistência” (VAINER, 2003) ocorreu a partir do início do governo petista, em 2002, através da figura de Luiz Inácio Lula da Silva, quando os/as militantes acreditaram que o MAB teria maior apoio do governo devido às ideologias do partido eleito. Contudo, como não foram cumpridas as demandas exigidas pelo movimento, em 2004 aconteceu a Marcha Nacional Águas pela Vida, que tinha como ação exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos/as atingidos/as pelas barragens. Nesse momento, intensificou-se a luta, tendo como principal lema ‘Água e Energia não são Mercadorias!’. Mesmo não implementando essas demandas, o presidente Lula reconheceu em 2009 durante o lançamento do Plano Safra – o qual

⁶ Ver www.mabnacional.org.br

ampliava e melhorava as condições de acesso ao crédito para pequenos produtores da agricultura familiar – que o Estado possuía uma dívida histórica com os/as atingidos/as por barragens.

Atualmente, o movimento possui a complicada tarefa de ser crítico de um modelo desenvolvimentista que predomina não só nas estâncias públicas do poder (Estado?) e nos partidos políticos, entes em relação aos quais o movimento busca autonomia, mas também em boa parte do movimento popular brasileiro. Nesse sentido, a ação presente do MAB é em busca da obtenção de recursos para manutenção de suas atividades e procura de repercussão política e apoio para as lutas. Ainda, o movimento procura agora agregar outras demandas, como por exemplo, os debates sobre gênero e as violações de direitos das mulheres ribeirinhas; e encontra-se organizado nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia.

Contudo, é fato que a apresentação completa desse histórico vai muito além das possibilidades deste trabalho, principalmente por se tratar de uma análise bibliográfica, que ainda, encontra dificuldades em encontrar literatura relacionada a uma abordagem do movimento nacional.

O Movimento é novo?

Os movimentos sociais são uma forma histórica de expressão de reivindicações, que nem sempre existiu, tampouco em toda parte. (ALONSO, 2009). Destarte, emergindo contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a noção de um sujeito histórico universal, a fim de produzir uma interpretação cultural para os movimentos sociais, surgiu a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). De acordo com Alain Touraine (1989), após a década de 1960, um novo padrão de sociedade (sociedade pós-industrial) se configurou, onde a indústria e o trabalho perdiam a centralidade; a dominação teria se tornado então cultural, fazendo com que os conflitos não estivessem mais associados (apenas) à infraestrutura da sociedade, mas que estivessem em toda parte e ganhassem dimensões simbólicas.

Ainda, segundo Angela Alonso (2009), as recentes mobilizações não teriam uma base social demarcada, os ‘novos sujeitos’ seriam grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Ou seja, os ‘novos movimentos sociais’ recorreriam a formas de ação direta voltadas a persuadir a “sociedade civil”, conceito esse retomado por Touraine⁷. A demanda nesse momento era por democratização social.

⁷A sociedade civil é onde nascem os movimentos sociais, sendo esses um novo ator coletivo, portador de um projeto cultural.

Conforme aponta Alberto Melucci (1996), passa a se configurar um novo padrão de dominação baseado na produção, no controle da informação e na intervenção nas relações sociais, extinguindo a distinção entre esfera pública e privada. Nesse sentido, os novos movimentos sociais

seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações ‘pós-materialistas’, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou reconhecimento de identidades coletivas. (ALONSO, 2009, p. 64).

É nesse contexto que o surgimento do MAB, datado da década de 1970, se insere na lógica organizativa dos ditos “Novos Movimentos Sociais”; segundo Durham (1984), movimentos esses que se diferenciam dos “Velhos Movimentos Sociais” ao passarem por mudanças no que se refere à composição da base e de seu distanciamento dos partidos políticos.

A base, que nos “Velhos Movimentos Sociais” era denominada como classe trabalhadora e composta majoritariamente por empregados das fábricas dos centros urbanos, agora é composta por diferentes sujeitos, como se pode observar no seguinte trecho referente a um estudo de caso de consolidação do MAB em Tocantins: “Os integrantes são, na maioria, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros etc.) povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores”. (FOSCHIERA; BATISTA; JUNIOR, 2009, p. 136). Tal diversidade dificulta a consolidação, pelo menos a princípio, de demandas ou bandeiras que atendam a todos os interesses. De modo que, se a princípio têm-se bandeiras específicas referentes principalmente ao ressarcimento do prejuízo – que é diferente para cada pessoa, de acordo com sua relação com a terra – ao longo do tempo luta-se por bandeiras amplas⁸, que extrapolam o momento atual e que faz parte de um projeto de sociedade diferente do que está sendo construído, como se pode notar em ‘Água e Energia não são Mercadorias!’. Essa mudança de bandeiras pode ser observada naquilo que Ruth Cardoso apontou como

Duas formas de ação que se conjugavam. Eles (os movimentos) tinham uma dimensão extremamente pragmática, quer dizer, conseguir aquelas demandas, conseguir aquelas vitórias [...] (e) havia, ao mesmo tempo, o papel principal dos movimentos, um papel expressivo [...] (que) implicava modificações em alguns aspectos da cultura política. (CARDOSO, 2004, p. 85-86).

⁸De fato, esse caminho da luta em torno de bandeiras amplas não é uma característica somente dos Novos Movimentos Sociais, sendo já presente no movimento operário clássico; tratando-se de uma dinâmica bastante comum em movimentos sociais, antigos e novos.

Logo, os membros dos novos movimentos sociais, para Melucci (1996), seriam os grupos afetados pela manipulação do desenvolvimento socioeconômico e, por conseguinte, podendo envolver tanto os marginalizados quanto os integrados na estrutura social.

Além disso, ao mesmo tempo em que se tem uma base heterogênea e bandeiras em diferentes níveis de atuação, o movimento se distancia da luta partidária, renunciando aos partidos como ‘porta-voz’ e sendo o próprio povo e a sociedade civil organizados a se colocar perante o Estado; percebendo assim, como já apontou Cardoso, uma institucionalização dos movimentos sociais: “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro”. (CARDOSO, 2004, p. 83). Ou seja, os movimentos sociais passam a compor órgãos (comissões, conselhos) em conjunto com o Estado, empresas e demais organizações mundiais, como é o caso da CMB. Mas, será esse um fator de desqualificação do movimento?

Pois bem, os/as atingidos/as têm sua demanda específica, uma vez que sua terra, casa e história serão inundados para que ‘empresas’ possam lucrar com essa situação. Concomitantemente, essas pessoas estão perdendo o chão e tudo que ali construíram, estão sendo vítimas desse modelo de desenvolvimento no qual a população é deixada de lado também pelo Estado-governo. A oposição aqui é entre o Setor Elétrico⁹ e a população atingida pelos diversos empreendimentos país afora, pela construção de barragens; sendo que a luta concreta do movimento não é evidenciada apenas em seu embate (evidente) com as empresas do Setor, mas também em sua peleja com o próprio Estado, que se dá em dois sentidos: no questionamento da imposição de determinadas regras e pela reivindicação e conquista de outras. É relevante destacar que a disputa é entre território e poder: “é sobretudo no terreno da política que os conflitos decorrentes de sobreposições territoriais podem chegar a um bom termo”. (RICARDO; MACEDO, 2004, p. 8).

Dessa maneira, ao decidir compor tais órgãos, os movimentos estão dispostos a negociar com os/as responsáveis pelas mudanças imediatas em sua vida. Porém, há também a demanda por um outro projeto de sociedade, no qual o desenvolvimento seja para o povo e que não convirja com a exploração e expulsão desses/as moradores/as de suas terras. Essa configuração apresenta consequências tanto para o Estado, que ainda não sabia lidar com esse tipo de participação, quanto para o movimento, que também estava aprendendo com uma “dificuldade muito grande de definir quem seria o representante, quem iria se sentar lá e representar cada um dos movimentos e como se chegaria ao equilíbrio entre recursos e as políticas”. (CARDOSO, 2004, p. 89).

⁹Conjunto de agentes econômicos e financeiros que desenvolvem, apesar da diversidade dos ramos de atuação, ações e estratégias coerentes e integradas, concorrendo no quadro de produção das unidades de geração de energia

Em contraponto, a questão colocada é a seguinte: Vamos (os/as atingidos/as) perder tudo (presente) e não concordamos com esse modelo de desenvolvimento (presente e futuro). Devemos lutar por nossa casa ou por outro projeto de sociedade? E, além disso, para quem iremos colocar nossas demandas? Para o/a presidente/a do país, para os/as empresários/as ou nas ruas? Entendendo que quem tem o poder de decidir quem vai escolher (povo ou empresas) já deixa claro quais são suas preferências, diluem-se cada vez mais as possibilidades de lutas fora do campo de quem está no poder, ou redefinindo o espaço do público e do privado, pois, se olharmos para a configuração atual do sistema econômico, no qual fica cada vez mais difícil separar os interesses do Estado dos interesses do Mercado, as armas disponíveis encontram-se também cada vez mais dispersas.

A história de organização dos atingidos por barragens é narrada segundo uma sequência de lutas e conquistas, contando em anos de defesa dos direitos dos atingidos e, mais recentemente, das atingidas em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país. O arranjo estabelecido entre atores a fim de constituir um movimento de luta é dado em função da própria necessidade de organização, uma vez que a participação desorganizada da sociedade geralmente faz com o povo seja utilizado como ‘massa de manobra’ em função de interesses diversos. Nesse sentido, a mobilização desses atores se dá pela indignação de direitos, com o intuito de reunir sujeitos, esclarecer cenários e apresentar possibilidades.

Portanto, o método de organização do MAB é estabelecido inicialmente através dos Grupos de Base, sendo esses considerados alicerces do movimento. Percebido como porta de entrada, o Grupo reúne todas as famílias, ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens, de uma determinada comunidade ou bairro. Atingidas indiretas, como por exemplo, aquelas famílias que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida ou do próprio rio, também compõe os grupos de base. A organicidade do movimento prossegue baseada em instâncias de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista. Assim, existem as coordenações a nível local, estadual e nacional do movimento, de maneira que “no movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência de comunidade. [...] A igualdade constitui-se, desta forma, como representação plena, concretizada na comunidade”. (DURHAM, 1984, p. 28). Ainda, “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece”. (MELUCCI, 1988, p. 342 *apud* ALONSO, 2009, p. 65).

hidrelétrica no país. Ver OLIVEIRA, 2005.

A questão social, como síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, não é fenômeno novo ou novidade no Brasil. Desde os primeiros anos da República, para não voltarmos ao Brasil-colônia, a desigualdade social se expressa nas condições de trabalho das pequenas oficinas, órgãos públicos, numa industrialização lenta e de poucos empregos, longas jornadas de trabalho, trabalho infantil e escravo, salários reduzidos, escassez de alimentos, acesso restrito às poucas escolas públicas primárias e técnicas, epidemias.

Explicitando a relação íntima entre o padrão de modernização brasileiro, baseado em grandes projetos, e as desigualdades sociais percebidas nesse cenário; ressaltando a injustiça do modelo desenvolvimentista baseado no interesse do capital e alertando para os conflitos engendrados e consequências produzidas por este projeto; atentando para como o Estado brasileiro tem conduzido e se portado diante todo esse 'processo', percebe-se o movimento contra as barragens como identificação de luta pelo direito a possuir terra, casa etc, pra além de direitos civis básicos. (Re)definida ao longo dos anos, as políticas de ação e participação do MAB passam desde a busca por indenizações justas como pela não construção de barragens. Ainda, oposição a um modelo, na unidade de compreensão de que o problema central está na estrutura do projeto desenvolvimentista e no modelo energético vigente.

A unidade do movimento dos atingidos por barragens se constitui a partir do momento em que os indivíduos inseridos nos processos de construção de barragens se transformam em atores políticos e sociais. O problema que se coloca, portanto, é se a dívida inegavelmente existente nesse cenário vem sendo reconhecida, e dadas suas responsabilidades aos devedores, dívidas essas a serem recompensadas como dívidas políticas, para que possa então ser solucionada por meio de políticas e não por meio da lógica utilitária. A questão central aqui é de justiça social e ambiental, além da esperança – alguns diriam utopia- de um mundo sem exploração, tanto do/a trabalhador/a, quanto da natureza.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, pp. 49-86, 2009.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (Org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.10, 1984.

FOSCHIERA, Atamis Antonio; BATISTA, Lucione Sousa; JUNIOR, Antonio Thomaz. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: O caso do MAB/TO. *Revista Pegada*, vol. 10, n. 1, 2009

LEROY, Jean-Pierre. A dívida ecológica brasileira. Quem deve a quem? *Cadernos de Debate*, Rio de Janeiro, nº 6, 2000.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, Raquel. *Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta: a luta pelo sentido e o destino do território no Médio Jequitinhonha - MG*. 2005. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

RICARDO, Fany; MACEDO, Valéria. Apresentação. In: RICARDO, Fany (org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, W. *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SIGAUD, Ligia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1986.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, pp. 5-18, 1989.

VAINER, Carlos. B. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____ Implantación de grandes represas hidroeléctricas, movimientos forzados y conflictos sociales. Nota sobre la experiencia brasileña. In: Canales, J. (ed). *Efectos demográficos de grandes proyectos de desarrollo*. San Jose, Costa Rica: Centro Latinoamericana de Demografía/Fondo de Población de las Naciones Unidas, 1990.